

ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE

Professor Emérito de Direito Internacional da Universidade de Brasília; Professor Titular de Direito Internacional do Instituto Rio Branco (1978-2009); Professor Honorário da Universidade de Utrecht; Ex-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos; Juiz da Corte Internacional de Justiça (Haia); Ex-Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1985-1990); Membro Titular do *Institut de Droit International*, e do *Curatorium* da Academia de Direito Internacional da Haia.

REPERTÓRIO DA PRÁTICA BRASILEIRA DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

2ª Edição

(Período 1919-1940)



Brasília, 2012

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



**Ministro de Estado
Secretário-Geral**

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador Gilberto Vergne Saboia

**Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais**

Diretor

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

**Centro de História e
Documentação Diplomática**

Diretor

Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A **Fundação Alexandre de Gusmão**, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Sumário

Prefácio à 2ª Edição.....	15
Introdução: A Emergência da Prática do Direito Internacional	21
Nota Explicativa	39

Parte I

Fundamentos do Direito Internacional

Capítulo I – Evolução e Fontes do Direito Internacional	43
1. Evolução	43
2. Fontes (Princípios Gerais do Direito: <i>Estoppel</i>)	49
3. Fontes (Eqüidade)	51

Capítulo II – Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados.....	53
1. Princípios Básicos.....	53
2. Soberania	59
3. Não-Intervenção	62
4. Não-Uso da Força.....	73
5. Igualdade Jurídica dos Estados.....	81

Capítulo III – Codificação do Direito Internacional.....	83
---	-----------

Parte II

Atos Internacionais

Capítulo IV - Tratados.....	101
1. Tratados em Geral.....	101
2. Tipologia.....	105
3. Capacidade para Concluir Tratados (<i>Treaty-Making Power</i>).....	109
4. Tratados e Estados Terceiros.....	111
5. Aprovação.....	113
6. Ratificação.....	117
7. Promulgação.....	120
8. Registro.....	120
9. Interpretação (de Contrato Internacional de Empréstimo).....	122
10. Adesão.....	124
11. Denúncia.....	125

Parte III

A Condição dos Estados no Direito Internacional

Capítulo V - Direitos e Deveres dos Estados.....	133
Capítulo VI - Reconhecimento.....	137
1. Reconhecimento do Estado.....	137
2. Reconhecimento do Governo.....	140
3. Reconhecimento de Beligerância.....	141
4. Não-Reconhecimento.....	145
Capítulo VII - Responsabilidade Internacional do Estado.....	147
1. Bases da Responsabilidade.....	147
2. Denegação de Justiça.....	158
3. Proteção Diplomática.....	160
4. Reparação de Danos.....	162
Capítulo VIII - Jurisdição e Imunidades.....	185
1. Jurisdição Internacional.....	185
2. Jurisdição.....	189
3. Imunidades.....	193
4. Capitulações.....	197
Capítulo IX - Sucessão de Estados (Em Matéria de Tratados).....	201

Parte IV
A Regulamentação dos Espaços no
Direito Internacional

Capítulo X - Território	205
Capítulo XI - Direito do Mar	217
1. Mar Territorial.....	217
2. Mar Continental	218
Capítulo XII - Rios Internacionais	221
Capítulo XIII - Direito Aeronáutico.....	227

Parte V
A Condição das Organizações Internacionais no
Direito Internacional

Capítulo XIV - Organizações Internacionais	237
1. Criação	237
2. Personalidade Jurídica Internacional	237
3. Interpretação de Poderes	239
4. Estrutura.....	240
5. Composição.....	242
6. Composição (Admissão de Membro).....	251
7. Composição (Retirada de Membro)	259
8. Processo Decisório	275
9. Delimitação de Competências.....	276
10. Orçamento e Finanças	277

Parte VI
A Condição dos Indivíduos no Direito Internacional

Capítulo XV - Direitos Humanos	281
1. Direitos Humanos em Geral.....	281
2. Sistema de Minorias.....	285
3. Sistema de Mandatos.....	286
Capítulo XVI - Direito de Asilo.....	289

Parte VII
Solução de Controvérsias no Direito Internacional

Capítulo XVII – Solução Pacífica de Controvérsias.....	295
1. Soluções Pacíficas em Geral.....	295
2. Interação dos Métodos de Solução Pacífica.....	305
3. Mediação	311
4. Bons Ofícios	314
5. Investigação e Conciliação.....	315
6. Sistema Consultivo	316
7. Solução Arbitral e Judicial	318
8. Solução Arbitral.....	319
9. Solução Judicial	325
Capítulo XVIII – Desarmamento	331

Parte VIII
Conflitos Armados e Neutralidade

Capítulo XIX – Beligerância e Neutralidade.....	339
1. Estado de Beligerância	339
2. Neutralidade	342
3. Represálias	361
4. Confisco de Bens	364
5. Efeitos da Guerra em Relação a Tratados.....	365
6. Reparações de Guerra	366
7. Tratamento de Prisioneiros de Guerra.....	367
8. Repatriação de Prisioneiros de Guerra	368

Parte IX
Outros Temas de Direito Internacional

Capítulo XX – Outros Tópicos de Direito Internacional.....	375
1. Definição de Agressão	375
2. Cláusula da Nação-Mais-Favorecida	377
3. Relações Diplomáticas.....	379

Apêndices

Apêndice I – Primeiros Comentários sobre o <i>Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público</i>.....	383
---	------------

Apêndice II – Revigoração e Difusão do Direito Internacional Público no Continente Americano (Resolução da XIV Assembléia Geral da OEA [1984] resultante de projeto apresentado pela Delegação do Brasil)....	387
--	------------